



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6/2005

RECEBIDO EM: 2 de dezembro de 2005.

Nº DO PROJETO: 6/2005

<i>Câmara Municipal de Pato Branco</i>	
Fl.:	25
Visto:	<i>[assinatura]</i>

SÚMULA: Rejeita veto parcial ao projeto de lei nº 133/2005, de autoria do vereador Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB, que dispõe sobre a reciclagem e utilização de material reciclado no âmbito da administração pública municipal.

AUTOR: Comissão de Justiça e Redação, composta pelos vereadores Cilmar Francisco Pastorello – PL, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS e Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB.

RECEBIDO EM: 2 de dezembro de 2005.

Nº DO OFÍCIO INFORMANDO O VETO: 959/2005/GP, de 3 de novembro de 2005.

VOTAÇÃO ÚNICA E NOMINAL

5 de dezembro de 2005: Retirado de pauta a pedido do vereador Valmir Tasca – PFL, líder do Governo, com a aprovação de todos os vereadores.

8 de dezembro de 2005: Aprovado com 6 (seis) votos a favor e 4 (quatro) votos contra. Votaram contra, os vereadores: Aldir Vendruscolo – PFL, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PV e Valmir Tasca – PFL.

ENVIADO AO EXECUTIVO EM: 12 de dezembro de 2005.

ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº: 836/2005.

Decreto Legislativo nº 6/2005, de 9 de dezembro de 2005.

PUBLICADO: Jornal Diário do Sudoeste – Edição nº 3675, do dia 13 de dezembro de 2005.

Lei nº 2563, de 16 de dezembro de 2005. Promulgada pelo Presidente da Câmara, Aldir Vendruscolo – PFL.

PUBLICADA: Jornal Diário do Sudoeste - Edição nº 3680, do dia 20 de dezembro de 2005.

Câmara Municipal de
Pato Branco
Fl.: 24
Visto: 

DIÁRIO DO SUDOESTE

ANO XX

EDIÇÃO 3680

PATO BRANCO, TERÇA-FEIRA, 20 DE DEZEMBRO DE 2005

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
LEI Nº 2.563, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005.

Súmula: Dispõe sobre reciclagem e utilização de material reciclado, no âmbito da administração municipal e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, nos termos do parágrafo 5º do artigo 36, da Lei Orgânica Municipal, com a nova redação dada pela Emenda a Lei Orgânica Municipal nº 3 de 9 de novembro de 1994, promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Os órgãos da Administração Pública Municipal, direta, indireta e autárquica, promoverão para seus funcionários, programas de conscientização sobre a importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados em seus órgãos, sobretudo de papel.

Art. 2º. Deve ser disponibilizada, nos prédios públicos, coleta seletiva dos materiais gerados.

Art. 3º. O Executivo Municipal adotará, na progressão de 25% (vinte e cinco por cento) ao ano, o uso de papel não clorado em seus materiais de expediente, tais como folhas de ofício, envelopes, fichários, formulários, de forma a, no prazo de 4 (quatro) anos, abolir a utilização de papel clareado a cloro.

Art. 4º. O Executivo adotará, gradativamente, nas proporções e prazos estabelecidos no artigo anterior, papel reciclado no material escolar entregue às escolas municipais.

Art. 5º. O Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 6º. As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 7º. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta lei decorre do projeto de lei nº 133/2005, de autoria do vereador Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, em 16 de dezembro de 2005.


Aldir Vendruscolo
Presidente



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

LEI Nº 2.563, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005.

Súmula: Dispõe sobre reciclagem e utilização de material reciclado, no âmbito da administração municipal e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, nos termos do parágrafo 5º do artigo 36, da Lei Orgânica Municipal, com a nova redação dada pela Emenda a Lei Orgânica Municipal nº 3 de 9 de novembro de 1994, promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Os órgãos da Administração Pública Municipal, direta, indireta e autárquica, promoverão para seus funcionários, programas de conscientização sobre a importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados em seus órgãos, sobretudo de papel.

Art. 2º. Deve ser disponibilizada, nos prédios públicos, coleta seletiva dos materiais gerados.

Art. 3º. O Executivo Municipal adotará, na progressão de 25% (vinte e cinco por cento) ao ano, o uso de papel não clorado em seus materiais de expediente, tais como folhas de ofício, envelopes, fichários, formulários, de forma a, no prazo de 4 (quatro) anos, abolir a utilização de papel clareado a cloro.

Art. 4º. O Executivo adotará, gradativamente, nas proporções e prazos estabelecidos no artigo anterior, papel reciclado no material escolar entregue às escolas municipais.

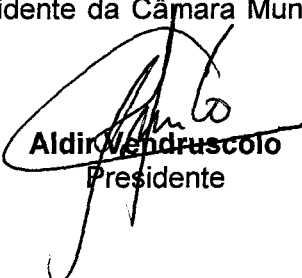
Art. 5º. O Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

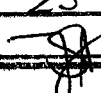
Art. 6º. As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 7º. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta lei decorre do projeto de lei nº 133/2005, de autoria do vereador Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, em 16 de dezembro de 2005.


Aldir Wendruscolo
Presidente

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	23
Visto:	

DIÁRIO DO SUDOESTE

ANO XX

EDIÇÃO 3675

PATO BRANCO, TERÇA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 2005

Câmara Municipal de Pato Branco
Decreto Legislativo nº 6/2005, de 9 de dezembro de 2005.

Súmula: Rejeita o veto parcial ao projeto de lei nº 133/2005.

Art. 1º. Fica rejeitado o veto parcial ao disposto constante nos artigos 3º e 4º do projeto de lei nº 133/2005, que dispõe sobre a reciclagem e utilização de material reciclado no âmbito da administração pública municipal.

Art. 2º. Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Pato Branco, em 9 de dezembro de 2005.

Aldir Vendruscolo – Presidente da Câmara

*Câmara Municipal de
Pato Branco*

Fl.: 22

Visto: [assinatura]



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

<i>Câmara Municipal de Pato Branco</i>	
Fl.:	21
Visto:	

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6/2005, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2005.

Súmula: Rejeita o veto parcial ao projeto de lei nº 133/2005.

Art. 1º. Fica rejeitado o veto parcial ao disposto constante nos artigos 3º e 4º do projeto de lei nº 133/2005, que dispõe sobre a reciclagem e utilização de material reciclado no âmbito da administração pública municipal.

Art. 2º. Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Pato Branco, em 9 de dezembro de 2005.

Aldir Vendruscolo
Presidente



*Câmara Municipal de
Pato Branco*
Fl.: 20
Visto: [assinatura]

Ofício nº 1.058/2005/GP

Pato Branco, 07 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente,

Seguem anexas, informações solicitadas por esse Poder Legislativo, com relação ao veto parcial dos artigos 3º e 4º do Projeto de Lei nº 133/2005, que dispõe sobre a reciclagem e utilização de material reciclado, no âmbito da administração municipal.

Respeitosamente,


ROBERTO VIGANÓ
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor
ALDIR VENDRUSCOLO
Presidente da Câmara Municipal de
Pato Branco – Pr.

<i>Câmara Municipal de</i> <i>Pato Branco</i>	
Fl.:	19
Visto:	

Prefeitura Municipal de Pato Branco

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

MEMORANDO Nº 155 A/05

Pato Branco (PR), 06 de dezembro de 2005.

DE: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

PARA: Senhor **CARLINHOS POLAZZO** – Assessor para Assuntos Legislativos.

ASSUNTO: projeto de Lei

Em relação a vossa solicitação quando aos custos iniciais referentes à implantação pelo executivo Municipal do uso de papel não clorado, informamos:

CONSIDERANDO que é de interesse da Municipalidade o uso de papel não-clorado para contribuir com a preservação do Meio Ambiente.

CONSIDERANDO que é de interesse da administração pública a redução gradativa do uso do papel clorado em substituição ao papel não clorado.

CONSIDERANDO que a Municipalidade estará adotando procedimentos, que possam contribuir de forma significativa para o Meio Ambiente, tais como:

- Separar o lixo corretamente, o que evita o desperdício,
- Separar o lixo em resíduos orgânicos e recicláveis. Sendo considerados resíduos recicláveis: (metais, plásticos, vidros, papéis, embalagens longa vida, isopor, latas, papelão, escolhendo produtos com menos embalagens, ou com embalagens retornáveis e/ou recicladas).

CONSIDERANDO o demonstrativo de gastos tão somente nas folhas A4, fornecido pelo almoxarifado da Prefeitura Municipal de Pato Branco, quando a utilizações mensais/anuais, das Secretarias e Departamentos da Municipalidade, informamos:

Utilização Mensal*	Papel não clorado. **	Papel clorado **
• 200 resmas	R\$ 0,228 (folha)	R\$ 0,15 (folha)
• 100.000 (folhas)	Total R\$ 22.800,00	Total R\$ 15.000,00
Utilização Anual *	Papel não clorado. **	Papel clorado **
• 2.400 resmas	R\$ 0,228(folha)	R\$ 0,15 (folha)
• 1.200.000 (folhas) /	Total R\$ 273.600,00 /	Total R\$ 180.000,00

* dado fornecido pelo Almoxarifado da Prefeitura Municipal.

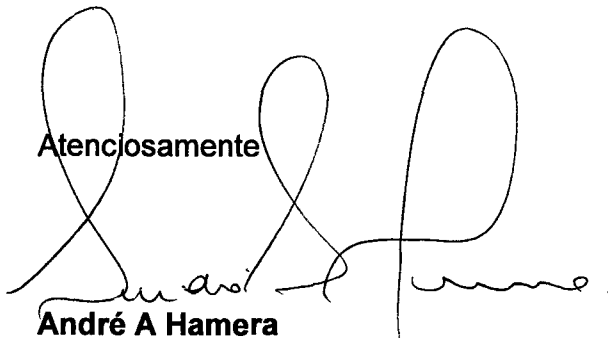
** Dados fornecidos pela Rotta Gráfica e Editora Ltda // Sr. Ademir João Longhi.

CONSIDERANDO que não estão inclusas as despesas com envelopes, fichários, formulários e outros.

Temos a informar:

Mesmo com o interesse da municipalidade em adotar o padrão não clorado na papelaria, no momento estamos operacionalizando com uma economia de 34,21 % (trinta e quatro virgula vinte e um por cento), o que perfaz uma economia de R\$ 93.600,00 (noventa e três mil e seiscentos reais) anuais.

Atenciosamente



André A Hamera

Secretária de Administração e Planejamento.

Consultor Técnico



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

EXMO. SR.

ALDIR VENDRUSCOLO

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO.

Os Vereadores infra-assinados, componentes da Comissão de Justiça e Redação, no uso de suas prerrogativas legais e com fundamento no artigo 56 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pato Branco, apresentam para a apreciação e deliberação plenária, o seguinte Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6/2005

Súmula: Rejeita veto parcial ao Projeto de Lei nº 133/2005.

Art. 1º Fica rejeitado o veto parcial ao disposto constante nos artigos 3º e 4º do Projeto de Lei nº 133/2005, que dispõe sobre a reciclagem e utilização de material reciclado no âmbito da administração pública municipal.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

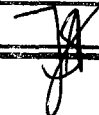
Pato Branco, 2 dezembro de 2005.

Cilmar Francisco Pastorello – Presidente

Márcia F. C. Kozelinski - Relatora

Marco Antonio Augusto Pozza - Membro

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	17
Visto:	

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	16
Visto:	

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER AO VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 133/2005


O projeto de lei tem tela, de autoria do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PMDB, que dispõe sobre reciclagem e utilização de material reciclado, no âmbito da administração municipal, foi aprovado nas sessões ordinárias realizadas nos dias 3 e 6 de outubro de 2005, por esta Casa de Leis. Foi posteriormente encaminhado ao Executivo Municipal através do ofício nº 665/2005, de 7 de outubro de 2005.


Através do ofício nº 959/2005/GP, datado de 3 de novembro de 2005, o Senhor Prefeito Municipal, enviou veto parcial ao projeto de lei.

Em sua justificativa, o Executivo Municipal informa que após estudos tecnicamente realizados pela Secretaria de Administração e Planejamento, constatou-se a inviabilidade econômica na aplicação do presente projeto, razão pela qual apresenta para apreciação e aprovação dos nobres edis, o veto aos artigos 3º e 4º do presente projeto de lei.

Porém, esta comissão entende que a matéria é justa e necessária em sua totalidade e, após análise, emite PARECER CONTRÁRIO ao veto.

É o parecer, SMJ.
Pato Branco, 29 de novembro de 2005.


Cilmar Francisco Pastorello - PL
Presidente


Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski-PPS
Relatora


Marco A. Augusto Pozza-PMDB
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
Prefeitura Municipal de Pato Branco
ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

Leitura: 7/11/2005

Ofício nº 959/2005-GP

Pato Branco, 03 de novembro de 2005.

<i>Câmara Municipal de Pato Branco</i>	
Fl.:	<i>15</i>
Visto:	<i>[assinatura]</i>

Senhor Presidente,

Valemo-nos do presente para comunicar a Vossa Excelência e demais ilustres membros dessa Casa Legislativa, que após estudos tecnicamente realizados pela Secretaria de Administração e Planejamento, constatou-se a inviabilidade econômica na aplicação do presente projeto, razão pela qual o Executivo Municipal apresenta para apreciação dos nobres edis, no ensejo em que solicita a compreensão e aprovação ao **veto parcial** dos artigos 3º e 4º, do **Projeto de Lei nº 133/2005**, que dispõe sobre a reciclagem e utilização de material reciclado, no âmbito da administração municipal.

Ocorre que a aplicação do referido projeto representaria um acréscimo de gastos com a aquisição de materiais objetos do projeto, em aproximadamente 25%.

Entendemos a nobreza da causa, no entanto, razões de ordem econômica impedem a implantação do projeto neste momento.

Sendo o que nos apresenta para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente.

[Assinatura de Roberto Viganó]
ROBERTO VIGANÓ
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor
ALDIR VENDRUSCOLO
Presidente da Câmara Municipal
Pato Branco – PR.

